



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

271ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde de São Paulo
Ata da Reunião Ordinária do Pleno do CES/SP de 27/10/2017.

Ao vigésimo sétimo dia do mês de outubro de dois mil e dezessete foi realizada a ducentésima septuagésima primeira reunião ordinária do Pleno do CES/SP, na sala 600, no 6º andar do prédio da Avenida Dr. Enéas Carvalho de Aguiar, 188, com as seguintes **PRESENCAS** e representações: I – PODER PÚBLICO: Secretaria de Estado da Saúde: Affonso Viviani Jr – Suplente; Silvano Lemes Cruvinel Portas – Suplente; SECRETARIOS MUNICIPAIS – Maria Dalva Amim dos Santos (Suplente)- II – PRESTADORES PRIVADOS DE SERVIÇOS DA SAÚDE- Entidades com Fins Lucrativos – Marcelo Luís Gratão (Titular) - III REPRESENTAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE: Representantes dos Sindicatos de Trabalhadores na Área da Saúde: Mauri Bezerra do Santo Filho – Titular; Maria Isabel Cristina Martins Boniolo – Suplente; Ivonildes Ferreira da Silva – Titular; - Conselhos de Fiscalização de Exercício Profissional: Érica Beatriz Lemes Pimentel (Suplente), Suely Stringari de Souza (Suplente) - Associação dos Profissionais de Saúde: Marília Cristina Prado Louvison (Titular), Neide Aparecida Sales Biscuola – (Titular). IV – REPRESENTAÇÃO DOS USUÁRIOS: CENTRAIS SINDICAIS: Benedito Alves de Souza (Titular) - Associações de Portadores de Patologia: Roseli Sinkivicio M. B. Rezende (Titular) - Associações de Portadores de Deficiência: Claudia Sofia Idalecio Pereira – Titular; Maria Alessandra da Silva – Suplente. Movimentos Populares de Saúde: Luiz José de Souza – Titular; Arnaldo Marcolino da Silva Filho (Suplente); Leônides Gregório da Silva – Titular; Idreno de Almeida (Titular); Rosane Victória da Silva – Suplente; – ASSOCIAÇÃO DE MORADORES – João Cassiano de Oliveira (Suplente) - Programa ou Movimento Religioso de Defesa da Saúde: João Inácio Mildner – (Titular); **JUSTIFICARAM A AUSÊNCIA:** I – PODER PÚBLICO: Secretários Municipais de Saúde: Carmino Antonio de Souza (Titular); Luis Fernando Nogueira Tofani – Titular, Adriana Martins de Paula (Suplente); IV REPRESENTAÇÃO DOS USUÁRIOS – Centrais Sindicais: Lazaro Cesar da Silva – Titular, Ismael Gianeri (Suplente). Setor Empresarial– José Augusto Queiroz – Titular. Associações de Portadores de Patologia: Sheila Ventura Pereira (Titular). Movimentos Populares de Saúde – Douglas Nogueira Alves (Titular) – ASSOCIAÇÕES OU MOVIMENTOS POPULARES DE DEFESA DO CONSUMIDOR – Flávio José Dantas de Oliveira (Titular) – ASSOCIAÇÃO DE MORADORES – Expedito Pedro do Nascimento. **AUSENTES:** I – PODER PÚBLICO – Secretaria de Estado da Saúde – Maria Aparecida Novaes. Universidades do Estado de São Paulo: Gustavo Pereira Fraga – Titular; Luis Augusto Passeri – Suplente; José Carlos Souza Trindade Filho – Titular; Silke Anna Theresa Weber – Suplente. II – PRESTADORES PRIVADOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE: Entidades Filantrópicas: Meire Cristina Nunes Vieira Rosa Ghilarducci – Titular; Mara Christiane de Vasconcelos Liberato – Suplente. Entidades com Fins Lucrativos: Carlos José Xavier Tomanini – Suplente. III – REPRESENTAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE – REPRESENTANTES DOS SINDICATOS DE TRABALHADORES NA AREA DA SAÚDE – Conselhos de Fiscalização do Exercício Profissional: Ligia Rosa da Costa Pereira (Titular), Maria Lucia Zarvos Varellis (Titular). Associação dos Profissionais de Saúde: Laura Magrini Luiz Alonso (Suplente). IV – REPRESENTAÇÃO DOS USUÁRIOS – Centrais Sindicais: Rosilania Correia Lima (Titular); Cleonice Caetano Souza (Suplente), Oldimar Sergio Alves dos Santos (Suplente). Setor Empresarial: Joffre Setterval Moraes– (Suplente). Associações de Portadores de Patologias – Cláudio Toledo Soares Pereira (Suplente), Luiz Carlos Medeiros de Paula (Suplente) - Associação de Defesa de Interesse da Mulher: Aparecida Jacinto dos Santos – Titular; Maria José Majô Jandreice – Suplente. Associações ou Movimentos Populares de Defesa do Consumidor: Carlos Botazzo (Suplente) – Programa ou Movimento Religioso de Defesa da Saúde – Maria Cristina S. P. Martins (Suplente): CONVIDADOS (AS): Maria Cristina Pereira Lima, João Luis Castro Velluci, Otelo Chino Junior, Frederico Soares Lima, Irene Ribeiro de Moraes, Regiane Alves Ferreira, Alaor Vieira dos Santos, José Carlos Ribeiro Gimenes, Maria Alice Pastorelli Certo, Jair Porcel Pinto – CMS Paulínia, Luis Henrique Correa – PM Paulínia, Maria Ermínia Ciliberti – COSEMSSP, Zenilda Gonçalves – CMS Itapecerica da Serra, Divino de Almeida Lins – CMS Barueri, Priscila M. P. de – CMS Itapecerica da Serra, Agostinho Augusto Silveira – Barueri, Clara Maria Prado – Itapecerica da Serra, João Campos dos Santos – Barueri, Karla Pereira CMS Rio Claro, Telma Regina Attizani, André Luiz Correa – Comus Pindamonhangaba, Nely Maria Diogo – Comus Pindamonhangaba, Hedi Amaral - Comus Pindamonhangaba, Ronaldo Castilho - Comus Pindamonhangaba, Maria A. Rodrigues – CMS Catanduva, Jandira da Silva Xavier, Luisa Ivana Almeida da Silva – CMS Osasco, Regiane Alves Ferreira – UBM, Lucy Irvine – UCL/USP, Andrea dos Santos – CISTT Biritiba Mirim. O secretário executivo, Belfari Garcia Guiral, dá início à reunião do Pleno do Conselho com a leitura das justificativas de ausências e informa que estamos com 14 conselheiros em condições de voto. Em seguida, informa que na próxima reunião do Pleno Ordinário em novembro de 2017 serão empossados os novos membros para o biênio 2017/2019, a título de esclarecimento.



**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

8
9
10
11
12
52 Retoma em breve relato, aspectos do processo eleitoral e informa, também, sobre a documentação enviada à
53 Consultoria Jurídica da Pasta – Procuradoria Geral do Estado para análise da documentação, bem como os
54 recursos. Em continuidade, o secretário executivo Belfari verifica o quórum e informa que após o estabelecimento
55 será procedida a aprovação da ata no mérito e posteriormente com a inclusão das contribuições das Conselheiras
56 Maria Alessandra e Silvany Portas. O Dr. Belfari propõe o início da pauta estruturante com a apresentação do 2º
57 Relatório Quadrimestral de 2017 pelo Dr. David Uip. Considerando que os novos conselheiros farão a análise, a
58 apresentação consta, na íntegra, no canal YouTube do CES/SP. O conselheiro Mauri, segmento trabalhador,
59 aponta a divergência quanto aos dados dos números efetivos de funcionários apresentados em maio/2017 o
60 número é de 50.581 e a Secretaria de Estado da Saúde apresentou 39.615 e são mais de 8000 trabalhadores, que
61 não são repostos. O Secretário informa que autorizou a contratação de 360 profissionais e tem-se dificuldade em
62 torno do absenteísmo nos concursos, outro dado é o número de profissionais que estão se aposentando. O
63 conselheiro Mauri informa que o perfil dos funcionários encontra-se na faixa etária de 50 anos e ainda aborda a
64 temática referente à questão salarial e a insensibilidade do governo em não aumentar. O Secretário Estadual, Dr.
65 David Uip, concorda com a questão salarial e diz que o Estado não tem recurso, isto acontece com toda a cadeia
66 desde os funcionários até os coordenadores da Secretaria e ainda relata sobre os índices inflacionários sobre a
67 crise econômica que o Estado tem passado e o país. A conselheira Silvany, segmento gestão, acrescenta na
68 informação do Secretário que são dados do CNES e que não constam os funcionários municipalizados. A
69 conselheira Maria Alessandra afirma que não há dinheiro e cita a questão da falta de medicamento para pessoa
70 com deficiência, como tirar o recurso para pagar salário aos funcionários. A conselheira Ana Lucia, segmento
71 trabalhador, lembra que amanhã é dia do Servidor Público, parabeniza e diz que são os que implementam as
72 políticas públicas. A conselheira aponta sobre a questão de que 50% dos atuais funcionários estaduais não são
73 concursados e ainda a questão dos que estão se aposentando e solicita a imediata realização de concurso público
74 para que se possa implementar a política pública. O Secretário de Saúde, Dr. David Uip, afirma que é um defensor
75 do SUS e que a sua missão é dar o melhor atendimento possível e que o povo quer ser atendido, diz ainda que se
76 for necessário contratar OSS para não deixar o serviço fechado, ele o fará e que não interessa se este funcionário é
77 contratado via OSS (CLT) ou outra forma. Em seguida o conselheiro João Cassiano comenta sobre a PLC 920/2017
78 que trata do congelamento dos investimentos nos serviços públicos e demonstra sua preocupação. O conselheiro
79 Leonides comenta sobre a comemoração do dia do funcionário e a leitura de uma mensagem a todos. A
80 conselheira Maria Isabel, segmento trabalhador, faz o questionamento dando a voz ao conselheiro de Barueri, Sr.
81 João de Barros, que sugere uma Nota Técnica sobre a febre amarela com informe à população e aos conselhos
82 municipais. A conselheira Maria Alessandra diz, sobre a fala da conselheira Ana Lucia, que devemos fazer a
83 comparação e reitera a questão do recurso financeiro e que isto se trata de uma questão de gestão e sobre o que
84 se delibera em Conferências e se não está dentro do que é preconizado no direito público não é legal. A
85 conselheira Neide, segmento trabalhador e Mesa Diretora, coloca todas as dificuldades apresentadas apesar de
86 toda a assessoria técnica apresentada pela CGOF e CPS e nesse sentido houve o comparativo 2016 e 2017 e
87 afirma sobre a importância de não haver a desassistência à população, por fim, coloca que o SUS está pautado no
88 Controle Social e ainda manifesta a importância de haver Plano de Carreira para os funcionários do SUS. A
89 conselheira Ana Flores lembra que todo poder emana do povo e o SUS nasceu da conferência. O Secretário David
90 Uip, coloca que a conversa não deve ser simples e ideológica e sim objetiva e como gestor o interesse final é o
91 atendimento e a escolha dele será sempre no que for melhor dentro do que é viável e legal. Ressalta que há falta
92 de recursos e não somente por gestões ineficientes. Por fim, pede licença e passa presidência ao Dr. Affonso e em
93 seguida após recomposição da Mesa, o secretário executivo Belfari convida o Dr. Arnaldo Sala para apresentar a
94 PNAB, cuja apresentação está no canal CES-SP, na íntegra. A outra pauta estruturante também está na íntegra no
95 canal do CES. O Dr. Arnaldo Sala, responsável técnico pelo Programa de Atenção Básica da Secretaria de Estado da
96 Saúde de São Paulo apresenta a Política Nacional de Atenção Básica deliberada pela CIT em 21 de setembro de
97 2017 e publicada por meio da Portaria nº 2488/2011. Após a apresentação do Dr. Arnaldo Sala é aberto, pelo
98 secretário executivo, os questionamentos por parte do Pleno do Conselho. A conselheira Maria Dalva, segmento
99 gestor e conselheira do COSEMSSP, reafirma que a Nova PNAB melhora em alguns aspectos e comenta sobre a
100 Nota Técnica da CIB a importância do conhecimento de todos. O conselheiro Leonides, segmento usuário, aponta
101 sobre a falta do profissional nutricionista neste programa e o conselheiro Arnaldo Marcolino traz para discussão
102 qual é a política de saúde para a população pobre e que na sua maioria são regras e debates sobre a dificuldade



**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100
101
102
103 de acesso, do ponto de vista do privilégio de ser “branco” e reitera a dificuldade de acesso. O conselheiro Mauri
104 parabeniza pela apresentação, que elucida as dúvidas e questiona quanto à manutenção dos equipamentos e nos
105 municípios citados houve a pactuação e ainda no portal do governo não há nenhum pronunciamento do
106 Secretário de Estado. Em seguida, Dr. Arnaldo responde aos questionamentos e coloca que fica a critério do
107 município contratar outros profissionais para além do rol da composição e informa sobre o número de NASFs no
108 Estado e menciona quanto à importância e qualificação na ação. A questão étnica levantada pelo conselheiro
109 aponta a dificuldade do ponto debatido e entende que a temática deve ser discutida e em relação às unidades
110 básicas sobre a Unidade do Vale do Ribeira, não é somente para essa região e esclarece que não haverá impacto
111 no que tange ao RH. A conselheira Neide reafirma sobre as dificuldades de atendimento dos programas e faz
112 considerações sobre o Programa Saúde em Ação e solicita que a CRS participe das reuniões e o relatório mensal
113 sobre as ações. O conselheiro Luiz destaca a questão da importância. A conselheira Ivonildes questiona se
114 ocorrerá a capacitação para os agentes comunitários. O conselheiro João Cassiano passa a palavra para a
115 conselheira Maria Isabel que comenta sobre a importância do capital para todos os profissionais da equipe
116 multidisciplinar e dá ênfase às Nutricionistas. A conselheira Silvany esclarece sobre a operação do Programa em
117 Ação e coloca que as questões são importantes e passam sim pelo Conselho e foram aprovadas, não passam no
118 detalhamento, poderá o coordenador apresentar ao CES. As ações foram aprovadas em 2016 quando o Conselho
119 aprovou o Relatório de Gestão de 2016 e a cada quadrimestre o Secretário de Saúde aponta as ações desse
120 Programa. Diz ainda que o PABinho é uma parte do recurso repassado para a atenção primária e o Estado faz
121 outros repasses, o que o Dr. David que discorda mencionou é o repasse igual para todos como o “PABinho”, os
122 outros são diferenciados para atender especificidades e situações de municípios de forma a tentar corrigir um
123 pouco as inequidades. O repasse não é só R\$ 3,00 “per capita”. No Brasil as ações de saúde ainda são muito
124 focadas no médico. Em países do primeiro mundo, como Holanda, a proporção de médicos por habitante parece
125 maior e é a mesma que a nossa e funciona de forma mais integrada considerando a equipe multidisciplinar.
126 Coloca, também, que o trabalho de ser na perspectiva de contribuição e a equipe deve compreender um ao outro
127 e não competir. O Dr. Arnaldo Sala reforça sobre o trabalho cuidadoso para a implantação do Programa Saúde em
128 Ação e agradece a intervenção da conselheira Maria Isabel quanto à contribuição sobre a profissional da nutrição
129 e sobre os agentes comunitários no Estado de São Paulo não será feita nenhuma capacitação para ações de
130 enfermagem. O Dr. Affonso Viviani felicita a apresentação do Dr. Arnaldo e destaca a difícil missão em dialogar
131 com os municípios e ainda, enquanto médico comenta sobre a liminar imposta pelo CREMESP. O secretário
132 executivo Belfari informa que a pauta tem 9 informes e em função do horário solicita que sejam sucintos. Em
133 seguida apresenta o quadro de frequência dos conselheiros nas reuniões de Comissão e do Pleno. O conselheiro
134 Benedito apresenta os informes sobre o encontro estadual que contou com 138 pessoas e sobre a 21 CISTTs
135 Estaduais presentes no 8º Encontro Nacional das Comissões com 166 pessoas (85 homens e 81 mulheres). Após a
136 exposição, traz a incumbência da assinatura do REC 86/2015. A conselheira Maria Isabel faz o informe sobre os
137 números de participantes do CEAP e sobre a Semana de Participação Social e das palestras ministradas e informa,
138 ainda, sobre a eleição da Plenária dos Conselhos de Saúde. O conselheiro Arnaldo que esteve como coordenador
139 de Plenária dos Conselhos e parabeniza a todos e agradece pela participação do grupo técnico sobre a Política
140 Nacional da População Negra. A conselheira Neide faz o informe sobre a representação da conselheira Sheila na
141 reunião da atualização da Agenda Nacional do Controle Social do SUS em 19/10/2017, às 10:00 horas, em Brasília,
142 DF e solicita a manifestação da Secretaria Executiva, por meio formal quanto ao desconforto sofrido pela
143 conselheira Sheila, a conselheira Alessandra também comenta sobre a dificuldade apresentada pelas conselheiras
144 com deficiência por ocasião do evento. O conselheiro Mauri faz o informe sobre o PLEC 920/17 e sobre o
145 congelamento dos investimentos e conseqüentemente não ter o reajuste e/ou aumento de funcionários públicos
146 do Estado e informa que haverá um ato público às 10:00 horas sobre a questão. O secretário executivo Belfari
147 coloca em votação a aprovação da ata da 270ª Reunião com as inclusões das Conselheiras Maria Alessandra e
148 Silvany com 15 votos a favor. O Dr. Affonso Viviani, pede ao secretário executivo, Belfari, para colocar em votação
149 o item 1.1 da pauta que diz sobre a Recomendação referente à questão da linha de cuidado para o TEA -
150 Transtorno do Espectro do Autismo estar na área técnica da Comissão de Saúde e Reabilitação da Pessoa com
151 Deficiência e Mobilidade Reduzida. O secretário convida a conselheira Maria Alessandra para falar a respeito e ela
152 diz que houve reunião com de comissão com presenças de entidades importantes e a representante da Área de
153 Saúde Pessoa com Deficiência da SES, Dra. Ligia, e a nova técnica, Dra. Carol, da Área Técnica de Saúde Mental. O



**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

22
23
24
25
26
154 autismo continua na Chefia de Gabinete porque é demanda judicial, e a política pública deveria ficar nas áreas
155 técnicas. Informa, ainda, que a Dra. Carol fez um projeto piloto que seria implantado numa cidade do interior do
156 Estado. Agradece ao COSEMSSP e ao conselheiro Padre João Mildner e pelo apoio da gestão para o debate da
157 Política Pública destinada ao TEA. A proposta é de que a política pública seja trabalhada através do GT Bipartite
158 definido pela Deliberação 52 da CIB, que foi em setembro de 2016, e o gestor concorda em trabalhar a política
159 pública nesse GT porque tem de pactuar com os municípios para se conseguir o diagnóstico precoce, explica que
160 não é só uma linha de cuidados e sim o desenvolvimento da política pública. A conselheira Silvany informa, como
161 secretaria executiva da CIB, que esse grupo foi composto no ano passado e no final do ano já discutiam a
162 necessidade de implementá-lo e houve uma mudança na SES de pessoas responsáveis por uma das áreas técnicas
163 porque esse tema envolve mais do que a área da Saúde da Pessoa Com Deficiência, como por exemplo, a saúde
164 mental. Há uma nova profissional da área de saúde mental, especificamente voltada para o TEA e vai incorporar
165 este grupo. Diz, ainda, que cobrou a implementação do grupo de fato e a recomposição para atualização dos
166 nomes e reunião para encaminhar as questões. O conselheiro Mauri, sob pedido de questão de ordem, intervém
167 e diz que o acordo para que esse assunto entrasse na pauta, seria a conselheira Alessandra trazer por escrito a
168 recomendação, se isso não aconteceu não se sente confortável para votar. A conselheira Alessandra esclarece
169 que a recomendação é que a política pública do TEA seja na área técnica da Pessoa com Deficiência. A conselheira
170 Neide explica que estava presente na reunião da Mesa Diretora quando a conselheira Alessandra, como
171 coordenadora da Comissão, trouxe à discussão o que acontecia e foi explicado que a última reunião tinha sido
172 produtiva e que a nova profissional já conversava sobre o assunto do TEA na Pessoa com Deficiência. Diz a
173 conselheira Neide que a proposta da Mesa Diretoria foi para se apresentar essa recomendação ao Pleno. A
174 conselheira Silvany esclarece que o fato de o assunto autismo estar na Chefia de Gabinete é porque toda ação
175 judicial fica no Gabinete, necessariamente. O secretário executivo diz para a conselheira Alessandra que, antes de
176 colocar em votação, é preciso esclarecer e registrar se o termo é recomendação de recomposição do grupo. O
177 conselheiro Affonso fala que a questão do grupo já foi aprovada no CES e está valendo, o que se está propondo é
178 uma recomendação no que diz respeito à política do TEA para que a chamada linha de cuidado possa ser
179 incorporada à área técnica da Pessoa com Deficiência. O presidente da Mesa Diretora, Dr. Affonso, solicita a
180 condução da votação para a recomendação solicitada pela conselheira Maria Alessandra. O processo de votação
181 do item 1.1, conduzido pelo secretário executivo, Belfari, na forma de como está escrito: Recomendação de
182 Linhas de Cuidados (política pública) para incorporar à área da pessoa com deficiência TEA, 09 votos a favor, 07
183 abstenções com as seguintes justificativas; a conselheira Silvany justifica seu voto e entende que o GT Bipartite vai
184 construir a linha de cuidado. O conselheiro Maury justifica que essa iniciativa em colocar a questão aos sindicatos
185 e que os sindicatos autistas são a favor da questão do deficiente. A conselheira Maria Dalva reforça a fala da
186 conselheira Silvany a importância da construção da linha de cuidado no GT Bipartite. Em seguida a conselheira
187 Maria Isabel solicita uma capacitação, financiamento do sistema, sistemas de informação, planejamento do SUS e
188 participação social, aos novos conselheiros, a ser realizado pela Secretaria Executiva com carga de 8 horas -
189 votação: Curso de Ativação para Conselheiros do biênio 2017-2019 - 15 votos a favor, 0 votos contra e 0
190 abstenção. Homologação da Conselheira Sheila na Reunião de Atualização da Agenda Nacional do Controle Social
191 do SUS, votação: 15 votos a favor, 0 contra e 0 abstenção. O conselheiro Affonso Viviani Junior solicita que se
192 preste homenagem a Sra. Jandira Xavier que recebeu o título de Cidadã Carapicuibense e tem os agradecimentos
193 dela. A conselheira Marília Louvison informa também sobre o 15º Congresso do CESSP e que os conselheiros
194 estão isentos. A Ata é lavrada por Cassia Tubone e Cristina Floreste e revisada por Belfari Garcia Guiral.